



ATA DA 324ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 No dia vinte e oito de novembro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no auditório da
3 União dos Municípios da Bahia - UPB, teve início à 324ª, conduzida pelo conselheiro Eduardo Mattedi
4 Furquim Werneck, Secretários Executivo, representante da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA.
5 Estiveram presentes pelo CEPRAM, os conselheiros: Ana Maria de Lima Santos representante da
6 Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA; Aurinézio Calheira e Sergio Bastos representantes do
7 Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC; Elbamair Conceição Matos representante da
8 Associação Amigos do Engenho - AAMEN; Fernando Oliveira representante da Federação dos
9 Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia - FEAG; Isabel Ligeiro representante do Instituto de
10 Defesa, Estudos e Integração Ambiental - IDEIA; Josemário Martins da Silva representante do
11 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacaré; Kennedy Tavares representante da Fundação Terra
12 Mirim; José Roberto Celestino representante do Sindicato de Nacional das Empresas de Arquitetura e
13 Engenharia Consultiva - SINAENCO; José Cisino Menezes Lopes representante da Cooperativa de
14 Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia - CODEAGRO; Laelson Dourado representante
15 da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Letícia Nobre representante da Secretaria
16 da Saúde; Luiz Fernando Galvão representante da SINDIBRITA; Pablo Villanueva representante da
17 entidade ambientalista Rosa dos Ventos; Marcelo Miranda representante da Associação Profissional de
18 Engenheiros Florestais do Estado da Bahia - APEFEBA; Silvana Nunes da Costa representante da
19 Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI; Débora Fontes P. de Cerqueira,
20 representante do Movimento Ambientalista ECOTERRA; Juliana Freitas, Eliuda Soares, Jader da Silva
21 e Kitty Tavares representantes da Secretaria Executiva do CEPRAM, além de convidados. Constaram
22 em pauta: abertura da sessão; apresentação "Considerações sobre o exercício da função do CEPRAM
23 sob as disposições do Decreto Estadual nº 11.235/08, que regulamenta as Leis Estaduais nº
24 10.431/06 e 11.050/08"; apresentação sobre o Projeto Santa Rita - empreendimento Mirabela,
25 através da Comissão de Acompanhamento, Renildo Xavier, presidente e Moisés Brito, secretário
26 executivo; informes; tribuna livre; apreciação da Ata da 323ª Reunião Ordinária de 31/10/08; Relato
27 de Processos: diligenciados e novos; O que Ocorrer. O conselheiro Eduardo Mattedi cumprimentou a
28 todos e como havia *quorum* regimental a sessão foi aberta. O representante da entidade
29 ambientalista GAMBÁ, Renato Cunha visitou e participou no turno matutino da reunião deste
30 Conselho juntamente com um grupo de pessoas de diferentes entidades de Organização Social que
31 estavam participando de um curso promovido pela própria entidade que tem como objetivo dar
32 formação, para que o grupo possa atuar em colegiados da gestão ambiental. Em seguida, o
33 conselheiro Mattedi passou alguns informes, a saber: comentou sobre a participação dos membros
34 integrantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH na reunião anterior ocasião que se
35 discutiu os instrumentos de planejamento e controle da gestão ambiental; falou dos Seminários sobre
36 Governança para a Sustentabilidade que estão ocorrendo nas suas duas etapas; que teve como
37 finalidade definir áreas de infra-estrutura que define a nível nacional as questões de energia; disse
38 das discussões entre o CEPRAM e o Fórum de Mudanças Climáticas que extraiu diretrizes interessante
39 para as questões energética, o que possibilitou verificar que as preocupações são procedentes;
40 considerou que o Conselho poderá influenciar e cumprir o papel como formulador de política para
41 matriz energética; ressaltou que o CEPRAM contribuirá bastante decisivo para que o Estado da Bahia
42 possa aproveitar seu potencial de energia eólica; registrou a importância do apoio da Secretaria de
43 Infra-Estrutura; registrou que o resultado dessas discussões será a elaboração de um documento
44 orientador para as Resoluções deste Conselho; informou que no dia anterior foi realizada uma
45 reunião conjunta com diversos gestores das Unidades de Conservação do Estado que teve como
46 objetivo discutir a política da conservação e promoção da biodiversidade no Estado; informou que
47 será lançada brevemente as três Unidades Federais no Estado da Bahia, e salientou o empenho e
48 ação da área ambiental e principalmente o apoio da sociedade civil para o sucesso desse
49 acontecimento; lembrou da programação do mês de dezembro com previsão de reunião conjunta
50 com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEA; disse que naquele momento estava
51 ocorrendo seminários de consulta pública para elaboração da Lei que instituirá a política estadual de
52 educação ambiental; registrou que esses seminários acontecerão em 26 territórios abrangendo as
53 cidades centrais, a exemplo dos municípios de Juazeiro e Itaberaba. Ato contínuo passou para a
54 apresentação do Projeto Santa Rita, Sr. Renildo Xavier que parabenizou o Conselho pelos seus feitos
55 a política do Estado da Bahia; falou da composição da Comissão de Acompanhamento; disse que
56 considerava o apoio do Conselho muito importante e fez a apresentou uma maquete e
57 posteriormente uma síntese do relatório de resultados dos trabalhos desenvolvidos por essa
58 Comissão. O conselheiro Josemário Martins membro integrante dessa Comissão ressaltou ter um
59 papel fundamental de garantir o atendimento as condicionantes aplicadas para o licenciamento do
60 projeto e registrou que quase todas estão cumpridas devendo permanecer para discutir políticas de

desenvolvimento sustentável, em seguida agradeceu a todos pela oportunidade de apresentar a Comissão; registrou o convite ao CEPRAM para visitar in loco os municípios de Itagiba e Ipiaú para conhecer o Projeto em questão. O conselheiro Mattedi passou a palavra a Juliana Freitas, assessora jurídica da Secretaria Executiva deste Conselho que comentou sobre as mudanças da legislação do Estado, focada principalmente com relação ao funcionamento do CEPRAM; fez um breve histórico sobre as iniciativas e procedimentos adotados pelo governo para revisão da Legislação; avaliou-se que não tinha boas condições na Assembléia para uma segurança na integridade da proposta que o Conselho havia acordada para garantir a aprovação das alterações da Lei nº 10.431; o que resultou na opção de uma Lei de Reforma Administrativa nº 11.050 do Sistema de Meio Ambiente e por um Decreto que pudesse no seu corpo agregar as muitas contribuições apresentadas durante todo processo participativo; chamou atenção de um dos resultados das discussões sobre as alterações da lei, seria o programa de Gerenciamento Costeiro instituído por uma coordenação do Estado. Juliana Freitas registrou que foi feito um recorte para provocar o Conselho e demais convidados no que diz respeito ao funcionamento do CEPRAM; falou do que estava disposto no Decreto de forma geral; ressaltou que houve uma explicitação do conteúdo na Lei 10.431 e a Lei nº 11.050 que alterou a estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente passando de SEARA para Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA; falou sobre a composição do SISEMA que possibilitou visualizar toda estrutura do sistema; destacou a proposta da composição para o colegiado; disse que em relação às competências do CEPRAM era possível se fazer uma distribuição mais didática e identificar as competências que formam as funções consultivas, normativas, deliberativas e recursais deste Conselho e explicou cada uma; disse que em relação a política estadual de meio ambiente com rigor técnico para efeito dos programas, planos e projetos que são instrumentos de ação do Estado, o Conselho poderá propor diretrizes, normas e medidas necessárias; por fim, registrou que o CEPRAM decidirá como última instância administrativa antes da possibilidade de questões judicial sobre o licenciamento, penalidades, bem como decisão da Comissão do Cadastro Estadual de Entidades Ambientais – CEEA. Foram feitas várias considerações, a saber: o conselheiro Galvão comentou sobre o trabalho feito no início do Governo que buscou a participação social para sugestões de alteração da Lei que resultou na elaboração do Decreto. O conselheiro Aurinézio Calheira solicitou esclarecimentos sobre os pólos industriais, para instalação de novas empresas. O conselheiro Marcelo Miranda questionou como se daria o processo de reavaliação de alguns pontos do Decreto. O conselheiro Josemário Martins perguntou como ficariam algumas questões dos anexos do Regulamento que necessitavam de verificação e como buscar um estudo mais simplificado, considerando envolver alguns programas sociais, a exemplo do programa Luz para Todos que tinha um impacto ambiental positivo, bem como a compensação ambiental, sobretudo, a Lei do SNUC. O conselheiro Mattedi respondeu que o SNUC previa a Lei de Compensação Ambiental de 2006; disse que não foi trabalhada no Decreto a definição do que estava previsto no SNUC e naquele momento informou que será realizado no dia 05 de dezembro, no auditório da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, um Seminário sobre Perspectivas de Compensação Ambiental na Bahia, no qual será também apresentado a proposta da ABEMA para compensação ambiental, bem como os membros serão empossados para integrar a referida Câmara. Juliana Freitas respondeu que com relação aos pólos, esse era um dos temas previstos com possibilidade de ser emitida Resolução do CEPRAM, visto que o Decreto apresentou diretrizes para criação desses pólos; registrou que os estudos preparatórios para o Zoneamento Ecológico Econômico estão em curso. O conselheiro Mattedi reforçou a necessidade de funcionamento das novas Câmaras propostas, e devem ser apreciadas em dezembro, bem como retomar os trabalhos do Grupo de Trabalho da Legislação para revisão do Decreto. Juliana chamou a atenção com relação à correção do Decreto que poderá ser sobre a forma da redação, ortográfica e ou gramatical, e algum problema de legalidade; disse que, quanto à questão dos anexos vai ser verificado e analisado com relação aos impactos e os programas sociais se haveria necessidade de licenciamento ambiental; falou da importância de se definir critérios para essa compensação e que a ABEMA propôs um valor de referência para impacto; ressaltou a importância do espaço colocado e renovado para iniciativa e participação efetiva dos conselheiros elaborando e formulando propostas de normas e ações dentro de ângulos de sua competência. Em seguida passou para o momento da Tribuna Livre: a conselheira Isabel Ligeiro apresentou denúncia da Prefeitura do município de Maraú sobre a invasão de parafinas nas praias, cujo ofício foi enviado a vários segmentos com histórico e detalhamento da situação e solicitou que o CEPRAM interceda junto ao IMA para as providências e medidas cabíveis. O conselheiro Fernando Oliveira citou o volume de emissões atmosféricas provocadas pelos veículos que circulam no país e a possibilidade de aproveitamento dessa energia, estabelecendo políticas de aproveitamento dessa energia, bem como o uso de equipamento simples com custo reduzido para conversão da tensão elétrica, considerando a potência cinética perdida. O conselheiro Pablo Villanueva reiterou solicitação de esclarecimentos sobre o Sistema de Estação de Tratamento do município de Ilhéus e o sistema de bombeamento da caixa d'água localizada na Praça desse município; passou a palavra a Sra. Saionara Pereira Trindade do Instituto de Desenvolvimento de Rio de Contas na chapada Diamantina para relatar o drama

vivenciado com os incêndios florestais naquela região; solicitou a criação de instituição de uma Comissão para avaliação da problemática e danos causados e busca de solução para sanar as dificuldades. Sra. Saionara Pereira apresentou uma nota de pesar pelos ocorrido; disse que se discutiu a prevenção que nunca existiu; registrou que somente recentemente foram retomados os trabalhos de Gestor da APA; enfrentam dificuldades em decorrência das altitudes; falou que a APA de Serra do Barbado perdeu cerca de 50% de sua área e que a fiscalização naquela região não existe. O conselheiro Roberto Celestino disse que participou do Seminário sobre matriz energética e considerou de muita importância, principalmente a exposição do Prof. Soliano que ressaltou o potencial da Bahia nessa área eólica; citou as discussões sobre o balanço energético e o futuro da questão energética na Bahia; também nesse evento teve a informação de que o Estado do Rio de Janeiro tinha uma Legislação específica, na qual obriga ao investidor de termelétrica investir 5% para cada 100 mhz, em energia renováveis; diante dos fatos propôs que o Conselho buscasse conhecer essa Legislação visando que seja aplicada também no Estado da Bahia e que a Secretaria de Infra-Estrutura acompanhe essas questões. A conselheira Elbamair Matos registrou que estava de posse de um Requerimento do Deputado Jorge Khoury solicitando uma audiência pública para apurar os danos causados pelo incêndio da Chapada Diamantina e propor prevenções com referência à preservação e controle de incêndio. O conselheiro Mattedi falou que concordava com essas investigações ao tempo em que considerava o esforço do Governo na busca de amenizar os problemas informou que foi instituída uma Comissão Especial sob a coordenação da Casa Civil para determinar todas as medidas no trato das questões dos incêndios da Chapada Diamantina e que o Conselho deve participar dessas investigações. O conselheiro Fernando Lembrou a indicação de estabelecimento de prevenção voltada ao combate a incêndio na região da Chapada aprovada por este Conselho e encaminhada ao Governador, mas que só foi possível sua aprovação com a retirada de um item que proibia queimadas agrícolas, houve impedimento a partir de interesse de outros setores e que deveria ainda ser sugerida essa questão ao Governador. O conselheiro Mattedi informou que foi realizada a reunião da Comissão com representação deste Conselho, outros segmentos e o Ministério Público de Eunápolis, referente aos problemas do Extremo Sul e teve como resultado uma proposta de encaminhamento para criação de uma comissão no âmbito do CEPRAM para acompanhar os problemas identificados naquela região e posterior produção de um relatório, bem como a criação ou reestruturação de um grupo de trabalho para examinar as questões relacionadas ao cultivo de eucalipto. Em seguida submeteu a ata da 323ª reunião para a aprovação e foi aprovada com alteração da conselheira Elbamair Matos, alínea 271, passando a redação para *"ficou decidida a criação de uma Comissão para acompanhamento do projeto de construção do Hospital do Subúrbio e a indicação da conselheira Elbamair como membro integrante dessa Comissão"*. O conselheiro Josemário Martins alterou redação: *"...questionou e propôs que o Estado adotasse uma política de pagamento dos serviços ambientais"*; solicitou que constasse nessa Ata: *"foi sugerido que a Licença de Localização concedida ao Hospital do Subúrbio fosse transformada em Licença de Implantação pelas mesmas características da área que possibilitava essa implantação"*. No turno vespertino a sessão foi reaberta com a apresentação de uma Nota Técnica recebida da SUCAB com uma série de considerações sobre o Licenciamento Ambiental do Hospital do Subúrbio, dentre elas *"que a preocupação dos técnicos da SEMA, em relação a possibilidade de contaminação da Bacia do Cobre era pertinente"* e apresentaram sugestões, tais como: *"que sejam adotadas outras medidas preventivas, que visem garanti, ainda mais, a não contaminação do referido aquífero..."*. O conselheiro Mattedi colocou a matéria em discussão no plenário para fazer os devidos encaminhamento. O conselheiro Roberto Celestino comentou que foi uma solicitação pontual por parte do Geólogo e sugeriu verificar a sugestão proposta para a elaboração dos estudos geofísicos e a questão dos critérios técnicos caberia por cuidados de prevenção, bem como se deveria ouvir o gestor da APA. O conselheiro Mattedi esclareceu que durante a reunião com a SUCAB houve um entendimento que o Conselho manifestasse sobre o problema e que eles apresentarão a solução técnica. O conselheiro Josemário Martins sugeriu instituir uma Comissão de Acompanhamento para participar das discussões técnicas junto a SUCAB e SESAB para buscar alternativas mais viáveis com base nos estudos. O conselheiro Marcelo Miranda sugeriu que houvesse uma aproximação entre o Gestor da APA e a SUCAB para um entendimento das sugestões e conciliar os interesses, e que pudesse contar com a presença do conselheiro Roberto Celestino aproveitando os seus conhecimentos com relação à matéria. A conselheira Elbamair Matos solicitou esclarecimentos quanto à função da Comissão de Acompanhamento e sugeriu que deveria ser efetivada para atuar. O conselheiro Josemário Martins sugeriu enviar a Nota Técnica ao Instituto do Meio Ambiente - IMA, para que possa se pronunciar. O conselheiro Roberto Celestino reforçou suas sugestões e ressaltou que os representantes do IMA, da SESAB, SUCAB e o Gestor da APA devem se reunir para tratar melhor o assunto e se dispôs a colaborar. O conselheiro Mattedi ratificou que a Secretaria Executiva irá articular essa reunião e os representantes serão informados. A conselheira Débora Fontes sugeriu que fossem consideradas as discussões a Lei do CONAMA que fala sobre tratamento de esgoto sanitário e que se deve buscar a experiência adotada no Japão que dispõe de um tipo de tratamento que não agride o solo e essa experiência poderá ser implantada no

187 Brasil a custo zero. Em seguida foi formada a Comissão de Acompanhamento à obra do Hospital do
188 Subúrbio, que terá como representantes do Conselho os conselheiros Roberto Celestino, Elbamair
189 Matos e Ana Maria Lima. Passou para a apreciação dos Processos: Processo nº 1420080017653 –
190 SEMARH/SFC/DUC, Revisão da Resolução 3711, que disciplina os procedimentos para concessão de
191 Anuência Prévia, conselheiro relator Fernando Oliveira que declarou voto favorável à aprovação das
192 alterações discutidas e propostas. O conselheiro Mattedi colocou em discussão. O conselheiro José
193 Cisino discordou do prazo apresentado para alguns procedimentos exigidos para fins da concessão da
194 Anuência considerando ser difícil o seu cumprimento. O conselheiro Roberto Celestino questionou se
195 esse assunto foi discutido com o IMA, citou um artigo 4º que estabelecia que o IMA solicitasse ao
196 órgão gestor. A conselheira Isabel Ligeiro citou o artigo 9º, parágrafo único, da Lei 10.431/2006 e
197 esclareceu que as recomendações porventura feitas pelo Gestor da Unidade corroborada pelo
198 Conselho Gestor deverão ser consideradas pelo órgão licenciador quando da análise do
199 empreendimento. O conselheiro Josemário Martins fez algumas considerações e solicitou que fosse
200 apresentado um relatório quantitativo de emissão de Anuência Prévia e quantas não foram atendidas
201 para uma avaliação correlacionada com a Resolução que estava se propondo e considerava a
202 estrutura técnica insuficiente para atender a demanda. O conselheiro Mattedi registrou que essa
203 Resolução era importante por estabelecer limite de prazo para concessão de Anuência Prévia – AP;
204 disse que a relação dessa Resolução não só seria das Unidades Estaduais com o IMA, sobretudo com
205 os municípios; sugeriu a alteração do artigo 9º, da Resolução, para que fique coerente com a Lei;
206 questionou quanto a validade da Anuência e foi esclarecido. Após bastante discussão dos artigos 9º e
207 11º, principalmente sobre o prazo estabelecido para validade, à coordenadora Sarah Alves prestou
208 alguns esclarecimentos. Ato contínuo, o conselheiro Mattedi colocou em votação as alterações
209 contidas na Resolução apresentadas pela Câmara Técnica de Biodiversidade e foi aprovada com dois
210 votos contrários. Passou à deliberação sobre os artigos em que houve proposta de alteração. Quanto
211 ao artigo 9º, foi aprovada, com 7 votos favoráveis e 4 contrários, a redação que acompanha o texto
212 do Parágrafo único do art. 47 da Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006. Quanto ao artigo 11, foi
213 sugerida alteração para que a resolução explicita melhor que a validade do ato que concede a
214 anuência prévia é o prazo para que tenha início à implantação do empreendimento/atividade. Esta
215 alteração foi aprovada, com abstenção do conselheiro Josemário Martins. O conselheiro Mattedi
216 registrou que a reunião solicitada com a SUCAB e demais segmentos juntamente com a Comissão de
217 Acompanhamento para discussão da Nota Técnica em referência sobre a construção do Hospital do
218 Subúrbio será realizada no dia 1º de dezembro, às 16 horas, nas instalações da SUCAB. Passou a
219 apreciação dos Processos Novos sob rito sumário: Processo nº 2006-004577/TEC/AIMU-0240,
220 Corema Indústria e Comércio Ltda, conselheiro Marcelo Miranda apresentou voto favorável pela
221 manutenção da multa e foi acordado. Processo nº 2008-006443/TEC/LL-0069, Quintas de Arembepe
222 Incorporações de Imóveis Ltda, conselheira relatora Letícia Nobre apresentou voto favorável e foi
223 aprovado por unanimidade.. O Processo nº 2007-006834/TEC/AIMU-0351, José Alonso Borsoi,
224 conselheiro relator Josemário Martins solicitou adiamento. Os processos nºs. 2007-
225 000193/TEC/AIMU-0013, SODIC Sociedade Revendedora de Combustíveis Ltda, conselheiro relator
226 José Roberto Celestino e 2007-008462/TEC/LL-0085, Financo Agrícola Ltda, conselheiro relator
227 Aurinézio Calheira tiveram pedido de destaque. O conselheiro Mattedi colocou em discussão o
228 Processo nº 2007-008462/TEC/LL-0085 que foi relatado pelo conselheiro Aurinézio Calheira
229 apresentou voto favorável com recomendações de alterar a condicionante XIV, constante em seu
230 voto a ser anexado ao processo. Após discussões e esclarecimentos o processo foi aprovado por
231 unanimidade. O conselheiro Josemário Martins recomendou a inclusão gradativa na região Oeste da
232 agricultura familiar no processo de implantação da fabricação de biodiesel. O conselheiro Fernando
233 Oliveira endossou a recomendação do conselheiro Josemário Martins e registrou que a empresa deve
234 abrir espaço para aquisição de matéria prima proveniente da agricultura familiar. O conselheiro
235 Mattedi colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. O Processo nº 2007-000193/TEC/AIMU-
236 0013, conselheiro relator Roberto Celestino que leu o seu voto pela manutenção da multa. O
237 conselheiro Luiz Galvão solicitou passar a palavra ao representante da empresa Advogado Antonio de
238 Albuquerque Paixão que fez algumas considerações com relação à autuação. O conselheiro Luiz
239 Galvão pediu vistas ao processo para uma leitura mais aprofundada dos documentos constantes no
240 processo e foi concedida. O conselheiro José Cisino considerou que não houve um dano ambiental. O
241 conselheiro Mattedi registrou que, por ser o CEPRAM um órgão recursal foi recomendado a todos uma
242 leitura mais cuidadosa. A conselheira Letícia Nobre recomendou que todos fizessem à leitura da
243 Legislação atinente a transporte de produtos perigosos e refletisse sobre as causas e determinação
244 de acidentes, para facilitar os trabalhos de uma análise de causa. A conselheira Elbamair Matos
245 reiterou solicitação de cópia do Processo do Parque de Sete Passagens. A conselheira Letícia solicitou
246 um espaço na próxima reunião do CEPRAM para que a SESAB apresente um perfil epidemiológico das
247 principais doenças transmissíveis com relevância nas questões ambientais. A conselheira Ana Maria
248 solicitou posicionamento do IMA sobre o Processo recursal do DNIT, em diligência. O conselheiro
249 Mattedi registrou a ausência dos conselheiros durante a segunda etapa do Seminário Governança

250 para Sustentabilidade e solicitou uma intervenção dos conselheiros titulares junto aos suplentes
251 caso haja algum impedimento para o não comparecimento. O conselheiro Mattedi agradeceu a
252 presença de todos. Sem mais nada a ser discutido a sessão foi encerrada às 17h00. Eu, Eliuda
253 Soares Costa dos Santos lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste
254 Conselho. Salvador, 28 de novembro de 2008.

255 **Presentes:**

256 **Membros CEPRAM:**

257 Eduardo Mattedi Werneck – Secretário Executivo

258 Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA

259 Aurinézio Calheira - COFIC

260 Elbamair Matos – AAMEN

261 Fernando Oliveira - FETAG

262 Isabel Ligeiro – IDEIA

263 José Roberto Celestino - SINAENCO

264 Josemário Martins – S.T.Itacaré

265 Kennedy Tavares – Fundação Terra Mirim

266 Laelson Dourado – SICM

267 Letícia Nobre – SESAB

268 Luiz Galvão - FIEB

269 Marcelo Miranda – APEFEBA

270 Pablo Villanueva – Rosa dos Ventos

271 Sergio Bastos - COFIC

272 Silvana Nunes da Costa – SEAGRI

273 **Secretaria Executiva/SEMA/SPS**

274 Kitty Tavares, Eliuda Soares, Celeste Simões, Juliana Freitas

275 **Convidados:** membros da Comissão de Acompanhamento do Projeto Santa Rita